



SENADO FEDERAL
Ouvidoria do Senado

Ofício nº 44/2025/OUVIDSF/CORCID

Brasília, 03 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Manifestação recebida na Ouvidoria do Senado - **Autuação 3092240**

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência, em cumprimento às atribuições regimentais desta Ouvidoria, para encaminhar a **Moção de Apoio nº 056/2025 da Câmara Municipal de Monte Alto, em São Paulo**, ao PLP nº 143/2020, que restabelece a contagem de tempo suspensa pela LC nº 173/2020 para aquisição de vantagens funcionais de servidores públicos.

"A referida proposição legislativa tem por finalidade restabelecer a contagem de tempo de serviço dos servidores públicos das três esferas federativas - União, Estados e o Distrito Federal e Municípios — para fins de aquisição de direitos e vantagens funcionais, tais como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio, entre outros benefícios previstos em estatutos e regimes jurídicos próprios.

Tal iniciativa visa reparar os efeitos da Lei Complementar nº 173/2020, editada no contexto do estado de calamidade pública reconhecido em razão da pandemia da COVID-19, cujo artigo 8º, inciso IX, estabeleceu a suspensão da contagem de tempo de serviço para a concessão de benefícios funcionais vinculados ao tempo, como medida de contenção fiscal emergencial." (sic)

Agradecemos antecipadamente a atenção.

Respeitosamente,

Ciro Nogueira
Senador da República
Ouvidor-Geral do Senado Federal



EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALTO - S.P.

Moção de Apoio Nº0056/2025

Moção de Apoio ao PLP nº 143/2020, que restabelece a contagem de tempo suspensa pela LC nº 173/2020 para aquisição de vantagens funcionais de servidores públicos.

A Câmara Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, por meio deste, manifestar **apoio institucional à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 143/2020, conhecido como “Descongela Já”, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra Rezende**, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

A referida proposição legislativa tem por finalidade restabelecer a contagem de tempo de serviço dos servidores públicos das três esferas federativas - União, Estados e o Distrito Federal e Municípios — para fins de aquisição de direitos e vantagens funcionais, tais como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio, entre outros benefícios previstos em estatutos e regimes jurídicos próprios.

Tal iniciativa visa reparar os efeitos da **Lei Complementar nº 173/2020**, editada no contexto do estado de calamidade pública reconhecido em razão da pandemia da COVID-19, cujo **artigo 8º, inciso IX**, estabeleceu a suspensão da contagem de tempo de serviço para a concessão de benefícios funcionais vinculados ao tempo, como medida de contenção fiscal emergencial.

Essa limitação temporária perdurou por 583 dias, compreendidos entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, e gerou impactos significativos sobre o funcionalismo público, especialmente entre os profissionais da saúde, segurança pública, educação e setores administrativos, os quais, mesmo em condições adversas, atuaram de forma ininterrupta para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população.

Além de comprometer a progressão funcional e reconhecimento profissional dos servidores, a medida excepcional violou princípios constitucionais fundamentais, como os da isonomia, moralidade, legalidade e valorização do serviço público, acarretando ainda efeitos



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



negativos sobre a segurança jurídica das carreiras públicas.

Com o término do estado de calamidade e a superação do cenário emergencial que justificou a norma restritiva, o Projeto de Lei Complementar nº 143/2020 apresenta-se como **um instrumento de reparação jurídica e reconhecimento institucional**, ao prever o restabelecimento da contagem do tempo de serviço interrompido, bem como conferir autorização aos entes federativos a regulamentarem, por meio de legislação própria, o pagamento retroativo das vantagens suprimidas, conforme sua capacidade orçamentária e administrativa.

Em **26 de agosto de 2025**, a proposição legislativa foi **aprovada** pela Câmara dos Deputados, com expressiva **maioria de 371 votos favoráveis e apenas 10 contrários**, refletindo a ampla mobilização nacional em torno da Campanha “Descongela Já”, liderada por entidades representativas dos servidores públicos e amplamente respaldada pela sociedade civil. No momento, o projeto aguarda apreciação pelo Senado Federal, última etapa do processo legislativo antes de sua eventual sanção presidencial.

Cabe destacar que essa mobilização legislativa encontra respaldo também no **Projeto de Lei Complementar nº 21/2023**, de autoria da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, que, embora distinto, converge nos mesmos objetivos de recomposição de direitos funcionais suspensos em razão da pandemia, reforçando a legitimidade e a urgência da reparação proposta.

A aprovação definitiva do PLP nº 143/2020 representa não apenas a recomposição de direitos materiais, mas também **um ato de reconhecimento político-institucional ao esforço, comprometimento e resiliência dos servidores públicos** que mantiveram em funcionamento a administração estatal durante um dos períodos mais críticos da história recente do país. Ademais, **reforça o compromisso do Estado brasileiro com a valorização do funcionalismo e o fortalecimento do serviço público como pilar essencial do Estado Democrático de Direito**.

Desta forma, a **Câmara Municipal de Monte Alto manifesta seu integral e irrestrito apoio à célere aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 143/2020**, conclamando os membros do Senado Federal a reconhecerem a relevância e a justiça da matéria, em defesa da legalidade, da valorização dos servidores públicos e da continuidade das políticas públicas.

Requeiro, ainda, que sejam enviadas cópias desta Moção à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, Prof.^a **Maria Helena Aguiar Rettondini**; ao Senhor Vice-Prefeito, **Dr. Joaquim Roberto de Oliveira**; ao Secretário Municipal de Governo, **Dr. Carlos Eduardo Rettondini**, ao Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos, **Dr. José Henrique Frascá Junior**; à Secretária Municipal de Educação, **Sra. Márcia Aparecida Mussato**; à Secretária Municipal de Saúde, **Ariella Christina dos Santos Braga**; ao Governador do Estado de São Paulo,



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



Tarcísio de Freitas, e seu Vice-Governador, **Felício Ramuth**; ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), **Sr. André do Prado**; ao Presidente do Senado Federal, **Sr. David Samuel Alcolumbre Tobelem**; ao Presidente da Câmara dos Deputados, **Sr. Hugo Motta**; à Deputada Federal, Prof.^a **Dorinha Seabra Rezende**; à Deputada Federal, **Prof.^a Luciene Cavalcante**; ao Deputado Federal, **Sr. Chico Alencar**; à Deputada Federal, **Sra. Alice Portugal**; ao Deputado Federal, **Sr. Lindbergh Farias**; à Deputada Federal, **Sra. Adriana Ventura**; à Deputada Federal, **Sra. Talíria Petrone**; à Deputada Federal, **Sra. Socorro Neri**; aos **Presidentes das Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Ribeirão Preto**, à **Rádio Cultura**; ao **Jornal Cidade Sonho**; ao **Jornal Tempo**; ao **Jornal Imparcial**; à **Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Monte Alto**; e à **Assessoria de Imprensa desta Casa de Leis**, para ampla divulgação nos meios de comunicação locais.

Sala das Sessões, "Dr. Júlio Raposo do Amaral", 29 de agosto de 2025.

Thiago Aparecido Cetroni (SOLIDARIEDADE)
Vereador

Dra. Maria do Carmo Irochi Coelho
(SOLIDARIEDADE)
Vereadora

João Augusto Picolo (União Brasil)
Vereador

Ana Lúcia Lombardo e Silva (PSD)
Vereadora

Marcos Manzotti (PSD)
Vereador

Murilo Jácomo (REPUBLICANOS)
Vereador

Simone Cristina Defini (PL)
Vereadora



MUSEU DE PALEONTOLOGIA

